PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI

Instrumento de Solicitação de Manifestação de Interesse SEDE nº 01/2010 para implantação e operação dos serviços relativos ao tratamento de resíduos sólidos urbanos com valorização energética nos limites do território de Minas Gerais.

Belo Horizonte – MG, 25 de junho de 2010.

SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

PMI SEDE 01/2010

1. Preâmbulo

O Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE), por meio da Unidade de Parcerias Público-Privadas, e também da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU), da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA) e da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), vem apresentar as diretrizes para a participação de interessados no Procedimento de Manifestação de Interesse PMI SEDE nº 01/2010, conforme abaixo se dispõe.

2. Do objeto

2.1. O presente Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) visa a convidar os municípios de Minas Gerais, associações civis públicas e a iniciativa privada a contribuir para a estruturação de projeto de implantação e operação dos serviços relativos ao tratamento de resíduos sólidos urbanos com valorização energética nos limites do território de Minas Gerais, ante os motivos descritos no Anexo I – Termo de Referência deste instrumento;

2.1.1. Por meio das manifestações encaminhadas, o Estado de Minas Gerais espera complementar os estudos, propostas, levantamentos, dados e projetos que possui, na forma disposta neste instrumento e seus anexos, observando-se o Decreto Estadual nº 44.565, de 03 de julho de 2007.

2.2. Os estudos apresentados por meio das manifestações dirigidas à SEDE contribuirão para a consolidação da modelagem, a partir da qual será estruturada, se for o caso, modelo de concessão da infraestrutura nas suas diversas etapas – pré-implantação, implantação, operação, encerramento e pós-encerramento.

2.3. A implantação dos serviços de operação da destinação final de resíduos sólidos urbanos com aproveitamento energético será formalizada por meio dos devidos procedimentos legais a ser oportunamente realizados com base na legislação vigente.

2.3.1. A realização do presente PMI não implica na necessária abertura de processo licitatório para a implantação do projeto.

2.3.2. A futura realização de processo licitatório não ficará condicionada à utilização dos estudos técnicos e demais informações obtidas por meio do presente PMI.

2.3.3. Os interessados que apresentarem manifestação de interesse, no âmbito deste PMI, não ficarão impedidos de participar do futuro processo de licitação.

2.3.4. Não serão concedidos quaisquer tipos de vantagem ou privilégio ao participante deste PMI em futuro processo licitatório referente ao objeto identificado neste instrumento.

2.4. Na elaboração dos estudos previstos no Termo de Referência anexo, é conveniente que os interessados levem em consideração estudos/diagnósticos e características existentes sobre os programas de tratamento e destinação de resíduos sólidos no Estado de Minas Gerais, seja por iniciativa do Poder Público Municipal, Estadual ou Federal, que de alguma maneira interfiram ou promovam impacto na implantação de infraestrutura para tratamento de resíduos sólidos urbanos com valorização energética.

2.5. Nas manifestações de interesse, deverá ser apresentada a estrutura de receitas estimadas para a futura operadora do serviço, individualizada por linha de receita, levando-se em consideração o tipo de tecnologia empregada no aproveitamento energético, sendo fundamental a definição quanto à modalidade de concessão, ou seja, comum, patrocinada ou administrativa.

2.6. São fatores que devem ser considerados para fins da elaboração das manifestações de interesse:

- a) modicidade das tarifas para a destinação final dos resíduos sólidos, se for o caso;
- b) modicidade da taxa de administração a ser paga à gestora pelo serviço de fiscalização nas etapas de implantação, operação, encerramento e pós-encerramento;
- c) a razoabilidade da contraprestação pecuniária exigida do parceiro público, se for o caso;
- d) a observância da legislação pertinente;
- e) a compatibilidade com o Termo de Referência, Anexo I, deste documento.

2.7. Para a elaboração dos estudos técnicos que comporão as manifestações de interesse, deve-se ter como premissas que:

- a) caso seja promovida a concessão da implantação e operação dos serviços relativos ao tratamento de resíduos sólidos urbanos com valorização energética no Estado de Minas Gerais, de que trata o presente PMI, permanecerá o Poder Público, por meio de suas entidades competentes, como autoridade reguladora e fiscalizadora dos serviços prestados pela concessionária, nos termos do contrato de concessão a ser celebrado e da legislação vigente;
- b) extinguindo-se o contrato de concessão, toda a infraestrutura concedida, incluídas as novas construções, edificações de terminais, equipamentos e outras melhorias executadas pela concessionária, será revertida ao Poder Concedente.

3. Da motivação

A publicação deste PMI está fundada em decisão do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado de Minas Gerais, responsável por incluir o projeto de implantação e operação dos serviços relativos ao tratamento de resíduos sólidos urbanos com valorização energética no Plano Estadual de Parcerias Público-Privadas, nos termos dos art. 7º, 9º e 19º da Lei 14.868/03. A ata de deliberação da referida decisão encontra-se disponível na Unidade PPP/MG.

3.1. A iniciativa de realização deste PMI se fundamenta no propósito do Estado de Minas Gerais em contribuir com os municípios mineiros no tratamento dos resíduos sólidos urbanos. Isto se justifica na percepção que, infelizmente, os municípios do Estado não têm conseguido avançar na velocidade que o problema requer, uma vez que a grande maioria ainda dispõe os seus resíduos sólidos de forma inadequada, apesar das inúmeras iniciativas, destacando o projeto do Estado de Minas Gerais denominado “Minas Sem Lixões”.

O aumento da geração de resíduos sólidos urbanos a cada ano e as dificuldades em implementar uma solução de curto prazo indicam aos gestores públicos a necessidade de definir alternativas de implementação rápida e imediata. A Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU) será mais eficiente à medida que as políticas públicas, a consciência ambiental, a legislação específica e as condições de infraestrutura se impuserem.

Estudos realizados recentemente pelo Ministério de Meio Ambiente e pela Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais mostraram que ainda falta muito para que a GIRSU seja plena no Estado de Minas Gerais. Recentes alterações nas normas, leis e prazos nos últimos anos fizeram com que um movimento de melhoria fosse iniciado.

Entretanto, este movimento poderá ser comprometido em virtude da reduzida capacidade de grande parcela dos municípios de tratar questões referentes à gestão dos resíduos sólidos urbanos, seja pela escassez de recursos humanos capacitados, de recursos financeiros ou de estrutura organizacional. Este é o quadro dos pequenos e médios municípios que têm a maior parte de suas receitas provenientes de repasses da União.

4. Do pedido dos municípios

Durante o 27º Congresso Mineiro de Municípios, realizado em 06 de maio de 2010 na cidade de Belo Horizonte, de organização da Associação Mineira de Municípios (AMM), uma moção foi encaminhada ao Ex^{mo} Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, pelo presidente da entidade organizadora do evento, conforme descrita a seguir:

LIXÕES: ATÉ QUANDO TEREMOS QUE ACEITAR E CONVIVER COM ESSA TRISTE REALIDADE?

Considerando:

- *que os municípios mineiros não têm conseguido avançar na velocidade necessária no tratamento de resíduos sólidos urbanos, já que aproximadamente 670 dos 853 municípios do Estado dispõem os seus resíduos sólidos de forma inadequada;*
- *que as dificuldades dos municípios mineiros em atender a correta disposição dos resíduos sólidos urbanos devem-se, principalmente, aos elevados custos de implantação e operação;*
- *que mesmo os municípios que implantaram empreendimentos de tratamento de resíduos sólidos continuam com sérias dificuldades em relação à manutenção das estruturas em função da inexistência de recursos humanos e financeiros nos orçamentos municipais;*
- *que a falta de planejamento das ações integradas com os municípios circunvizinhos, a impossibilidade de sustentabilidade dos empreendimentos e serviços ligados à disposição final de resíduos, a baixa escala de lixo produzida pelos municípios de pequeno porte do Estado, o reduzido índice atual de reciclagem dos resíduos sólidos gerados e a falta de apoio na solução de problemas antigos e de passivos ambientais veem se tornando uma ameaça à governabilidade dos municípios;*
- *que a impossibilidade de cumprimento dos Termos de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público pode levar os municípios ao pagamento de multas e responsabilização das autoridades municipais por improbidade administrativa;*

apresentam à consideração do Plenário do 27º Congresso Mineiro de Municípios, a seguinte moção:

Delibera:

- 1) a necessidade de participação do Governo do Estado de Minas Gerais na solução integrada de disposição final de resíduos sólidos urbanos de todos os 853 municípios mineiros, através de uma solução em conjunto do governo estadual com as prefeituras municipais;*
- 2) a necessidade de esta solução ser promovida com a completa implantação e operação dos serviços relativos ao tratamento de resíduos sólidos urbanos, permitindo alçar a sustentabilidade na manutenção destas atividades ao prever soluções inovadoras e que permitam a utilização mínima de recursos financeiros por parte dos municípios, através da otimização econômica do empreendimento.*

Nesse sentido, a alternativa de utilização da iniciativa privada, aliada à adoção de soluções regionalizadas, sinaliza uma via adequada à solução do problema da disposição final dos resíduos sólidos em Minas Gerais. A busca pelo agrupamento dos municípios possibilita alcançar escala suficiente à viabilidade da prestação destes serviços, proporcionando a sustentabilidade ambiental e financeira necessária à implementação do projeto.

Dada a dimensão do problema, imagina-se que com a interveniência do Estado, em articulação com a iniciativa privada e a sociedade organizada, será possível proporcionar uma gestão adequada dos resíduos sólidos urbanos. Essa iniciativa inclui apoio técnico e financeiro às prefeituras, fiscalização dos serviços, educação ambiental, manutenção e melhoria das estradas para o transporte dos resíduos, aquecimento da economia e distribuição de renda mais justa. Os resíduos sólidos urbanos precisam estar na agenda dos governos federal, estadual e municipais para que a gestão adequada seja concretizada.

5. Da sustentabilidade

5.1. Os estudos devem ser desenvolvidos sob a ótica do desenvolvimento sustentável. A implantação e operação dos serviços relativos ao tratamento de resíduos sólidos urbanos com valorização energética devem ser coerentes e integradas a políticas sociais, urbanísticas, ambientais, de saúde e de desenvolvimento econômico e social. Devem ainda contribuir para a redução da disseminação de doenças, da poluição e contaminação do meio ambiente, além de primar pela valorização imobiliária, reinserção de materiais no ciclo de vida de produtos e geração de emprego e renda com inclusão social.

5.2. Propõe-se a formação de 285 agrupamentos, conforme trabalho desenvolvido pela Fundação Estadual do meio Ambiente (FEAM) em que as distâncias entre as sedes municipais estejam em torno de 30 km, com vias em boas condições de tráfego. Destes 285 agrupamentos, formaram-se 51 grupos com pelo menos uma cidade polo, e, preferencialmente, com uma população de no mínimo 100.000 habitantes. Conforme disposto nos Anexos II e III.

6. Da apresentação das manifestações de interesse

6.1. Poderão participar do presente PMI pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, individualmente ou em grupo.

6.2. As manifestações de interesse, contendo os estudos técnicos solicitados neste instrumento, deverão ser apresentadas, mediante protocolo, para a Unidade PPP, situada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n - Bairro Serra Verde - Edifício Minas - 3º Andar, Belo Horizonte/MG.

6.3. As manifestações de interesse serão recebidas até o dia 01 de outubro de 2010.

7. Da legislação pertinente

7.1. Constituição do Estado de Minas Gerais.

7.2. Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004.

7.3. Lei Estadual nº 14.868, de 16 de dezembro de 2003.

7.4. Lei Estadual nº 14.869, de 16 de dezembro de 2003.

7.5. Decreto Estadual nº 43.702, de 16 de dezembro de 2003.

7.6. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

7.7. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

7.8. Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995.

7.9. Lei Federal nº 10.233, de 05 de junho de 2001.

7.10. Lei Complementar Federal nº 101, 4 de maio de 2000; e

7.11. Decreto Estadual nº 44.565 de 03 de julho de 2007.

7.12 Lei Federal nº 11.445 de 5 janeiro de 2007.

7.13 Deliberação Normativa COPAM nº 118, 27 de junho de 2008.

8. Dos custos de participação no presente PMI

8.1. Os ônus e demais custos financeiros incorridos por quaisquer dos participantes na apresentação das manifestações de interesse serão de sua inteira e exclusiva responsabilidade, não fazendo jus a qualquer espécie de ressarcimento, indenizações ou reembolsos, nem a qualquer remuneração pelo órgão ou entidade solicitante em decorrência de sua participação.

9. Dos direitos autorais

9.1. Os direitos autorais sobre as informações, levantamentos, projetos e demais dados e documentos apresentados nas manifestações de interesse serão cedidos pelo particular interessado, podendo ser utilizados total ou parcialmente pela SEDE, de acordo com a oportunidade e conveniência, para a formulação de editais, contratos e demais documentos afins ao objeto deste PMI.

10. Da solicitação de informações e esclarecimentos

10.1. Os interessados poderão requerer, até o décimo dia útil anterior à data final do recebimento, pela SEDE, dos estudos constantes das manifestações de interesse, quaisquer esclarecimentos e informações sobre os dados contidos neste instrumento, mediante comunicação formalizada por escrito e protocolada na Unidade PPP, situada na Rodovia Prefeito Américo Gianetti, s/n - Bairro Serra Verde - Edifício Minas - 3º Andar, Belo Horizonte/MG.

10.1.1. As respostas serão disponibilizadas no sítio eletrônico da Unidade PPP (www.ppp.mg.gov.br) em até 5 (cinco) dias úteis do prazo para recebimento das manifestações.

10.2. A qualquer tempo, a SEDE poderá, a seu critério, por sua iniciativa ou em decorrência de pedidos de esclarecimentos:

10.2.1. solicitar dos particulares interessados informações adicionais, para retificar ou complementar sua manifestação;

10.2.2. modificar a estrutura, o cronograma e o conteúdo do PMI;

10.2.3. considerar, excluir ou aceitar, parcialmente ou totalmente, as informações e sugestões advindas do PMI.

11. Das disposições gerais

11.1. Os documentos, dados, informações e estudos técnicos que comporão as manifestações de interesse deverão ser apresentados em versão impressa, além da disponibilização de uma versão digital.

11.2. Não serão aceitas versões digitais em arquivos pdf ou em outros formatos que não permitam total acesso ao seu conteúdo.

11.3. A participação neste PMI implica em concordância integral do participante aos termos desta solicitação de manifestação de interesse e seus anexos.

11.4. Toda informação contida neste documento e em seus anexos é propriedade da SEDE, servindo aos interessados para orientar a elaboração de seus estudos técnicos.

11.5. O presente documento será disponibilizado gratuitamente na Unidade PPP ou pelo seu sítio na internet www.ppp.mg.gov.br.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA PARA PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

1. Introdução

O aumento da geração de resíduos sólidos urbanos a cada ano e as dificuldades em implementar uma solução de curto prazo indicam aos gestores públicos a necessidade de definir alternativas de implementação rápida e imediata. A Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos (GIRSU) será mais eficiente à medida que as políticas públicas, a consciência ambiental, a legislação específica e as condições de infraestrutura se impuserem.

Em virtude da baixa escala de resíduos sólidos produzidos e também da baixa arrecadação, muitas vezes proveniente exclusivamente de repasses da União e do próprio Estado, a maior parte dos municípios do Estado de Minas Gerais enfrentam problemas com a disposição final de seus resíduos sólidos urbanos.

Desta forma, a união dos municípios é vital à viabilidade de programas para o correto tratamento e disposição final dos resíduos sólidos urbanos. A interveniência do Estado de Minas Gerais, o apoio da iniciativa privada e também de entidades civis organizadas são fundamentais para a solução do problema.

Parte integrante do Programa Minas Sem Lixões, esta ação é consequência do aprimoramento dos estudos dos Arranjos Territoriais Ótimos elaborados pela FEAM e por uma demanda realizada pelos próprios municípios através da moção encaminhada pelo plenário do 27º congresso de municípios da AMM, ao governo do Estado.

Esta ação visa promover aos municípios uma oportunidade de apoio para solução definitiva para a disposição final de seus resíduos, tendo em vista que ainda hoje 612 dos 853 municípios do Estado (385 em Lixões e 227 em aterros controlados) dispõem os seus resíduos sólidos de forma inadequada, seja pelos custos de implantação e operação de aterros sanitários ou mesmo pela inexistência de recursos humanos e financeiros nos orçamentos municipais.

Com esta ação, o governo de Minas Gerais, vem propor uma alternativa para incremento do número de municípios que dispõem adequadamente seus resíduos, apoiando integralmente as ações de inserção social para as famílias de catadores e inserção das organizações produtivas de catadores de materiais recicláveis, com o intuito de alcançarmos a meta de 100% dos municípios do estado sem lixões.

2. Objetivo

O objetivo deste PMI é formatar um programa de concessão dos serviços relativos a operação de Resíduos Sólidos Urbanos, a ser realizada em lotes, incluindo a implantação e operação da infraestrutura apropriada, por um período não inferior a 25 (vinte e cinco) anos.

Especificamente, este PMI busca obter informações para a estruturação de um projeto para:

- aplicar critérios, premissas e indicadores adotados ou desenvolvidos para a gestão dos resíduos sólidos urbanos, conforme o Plano de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos para o Estado de Minas Gerais;
- licitar lotes de concessões em agrupamentos dos municípios de acordo com aspectos socioeconômicos e ambientais relevantes;
- realizar o aproveitamento energético dos resíduos dos municípios, a fim de otimizar os aspectos financeiros da concessão.

3. Conteúdo sugerido das manifestações de interesse

3.1. Manifestação dos municípios

Os municípios interessados em participar deste PMI deverão apresentar todos ou parte dos estudos, levantamentos e planos descritos abaixo, desde que claramente evidenciada a fonte das informações, quando for o caso, bem como as premissas que fundamentam as conclusões em cada caso.

A eventual participação no programa não desobriga os municípios do cumprimento da legislação ambiental vigente, inclusive prazos e sanções previstas nas Deliberações Normativas do COPAM.

3.1.1. Organização municipal: consiste no levantamento de informações referentes à situação atual da operação de RSU no município com as seguintes informações:

- a. existência de consórcio intermunicipal com pelo menos um dos seguintes objetos: saúde, saneamento, desenvolvimento sustentável e tratamento de resíduos – já formalizados, em formalização ou em negociação;
- b. recebimento de resíduos de outros municípios em aterro próprio ou terceirizado. Informar o número de municípios e a quantidade de resíduos recebidos por dia;
- c. descrição do método de disposição final de resíduos no município, incluindo: natureza jurídica do órgão municipal responsável pela prestação de serviço, volume diário de resíduos produzidos, distância até o local de disposição, localização (coordenada geográfica) da disposição, valor despendido com a disposição e com o transporte;
- d. existência de tarifa para coleta e tratamento de resíduos. Forma de cobrança, valor cobrado e periodicidade;
- e. existência de passivo ambiental no município e de plano de gestão ambiental. Providências já realizadas ou a realizar;
- f. existência de termo de ajustamento de conduta (TAC) assinado com o Ministério Público e/ou Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM). Providências já realizadas ou a realizar;
- g. existência de trabalhos de coleta seletiva, com as seguintes informações: percentual do lixo coletado, quantidades de materiais recuperados – papéis, papelões, plástico, metais, vidros e outros;
- h. existência de catadores nos lixões ou aterros, informar o quantitativo existente;
- i. existência de trabalho de assistência social aos catadores realizado pela prefeitura. Informar o número de atendidos, serviços realizados e custos destes serviços;
- j. existência de associação de catadores. Informar o número de associações e o quantitativo de seus membros;
- k. existência de recursos federais ou estaduais para implantação das unidades de tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU – aterros, UTC). Informar os valores em reais e percentual em relação aos empreendimentos implantados, em curso e a implantar;
- l. existência de projetos e estudos para implantação de aterros sanitários, assim como de áreas definidas/adquiridas, em processo ou não de licenciamento. Informar a fase em que o licenciamento se encontra.

3.1.2. Custos de operação: consiste no levantamento de informações referentes ao custo de operação da disposição de resíduos nos locais de disposição adequada com as seguintes informações:

- m. existência de concessão privada para operação de aterro. Já formalizada, em formalização ou em negociação. Informar a duração do contrato (início e término previsto) e custo por tonelada da concessão;
- n. informar a vida útil restante do aterro, as despesas com pessoal e manutenção. Informar também os equipamentos disponíveis para a operação do aterro.

3.2. Manifestação da iniciativa privada

Os interessados em participar deste PMI deverão apresentar todos ou parte dos estudos, levantamentos e planos descritos abaixo, desde que claramente evidenciada a fonte das informações, quando for o caso, bem como as premissas que fundamentam as conclusões em cada caso.

3.2.1. Aspectos gerais

- a. Análise de *benchmarking*: realizar análise de *benchmarking* em relação à concessão de serviço de operação de RSU com aproveitamento energético em outros locais no Brasil ou outros países.
- b. Estudos existentes: consiste no levantamento de informações referentes à situação atual da operação de RSU em Minas Gerais, nos diversos órgãos dos Governos Municipais, Estadual e Federal, ou ainda, organizações não governamentais e empresas privadas, sem prejuízo de outros que o interessado julgar necessário.
- c. Estudos de impacto: verificação e avaliação de impacto socioeconômico, da implantação de estruturas de processamento de Resíduos Sólidos Urbanos em municípios do Estado de Minas Gerais.

3.2.2. Estudos de infraestrutura e operacionais

- d. Avaliação da formação dos 51 grupos e 5 lotes apresentados no Anexo II: a análise deve considerar aspectos de viabilidade econômica, tecnológica, operacional e logística.

- e. Apresentação, se for o caso, de novo agrupamento de municípios: o estudo deve evidenciar e justificar as premissas utilizadas para os agrupamentos e para a formação dos lotes de licitação.
- f. Descrição das tecnologias disponíveis para a implementação do projeto: a partir da experiência internacional e nacional, apresentar as tecnologias disponíveis no mercado bem como suas vantagens e desvantagens. Ainda, deve-se analisar as tecnologias disponíveis considerando (1) sustentabilidade ambiental (2) maximização do aproveitamento energético (3) sustentabilidade financeira. Recomenda-se a presença de universidades nacionais, com estudos que validem ou confirmem a aplicação da tecnologia apresentada.
- g. Indicação da tecnologia sugerida para cada grupo proposto: esta indicação deve ser instruída com justificativas e análises a partir das situações ambientais e geográficas dos municípios.
- h. Projeção de demanda para utilização das estruturas de operação de RSU em cada um dos grupos apresentados: a projeção deverá ser realizada para 30 anos e deverá ser acompanhada da memória de cálculo que evidencie as variáveis independentes e as premissas utilizadas no cálculo.
- i. Identificação e análise dos riscos do projeto: analisar os possíveis riscos, inclusive de demanda, inovação tecnológica, ambientais; e obtenção das licenças necessárias bem como outros que sejam capazes de afetar a operacionalização do negócio.
- j. Descrição da matriz de responsabilidades: apresentar proposta de atribuições operacionais, no contexto de uma concessão relacionada a gestão de RSU para:
 - i. autoridade fiscalizadora do contrato;
 - ii. operador privado;
 - iii. Estado de Minas Gerais;
 - iv. prefeituras municipais envolvidas.
- k. Quadro de Indicadores de Desempenho. Desenvolver o conjunto de indicadores para acompanhamento das atividades do operador privado, conforme descritos a seguir:
 - i. os índices serão graduados em níveis de qualidade (por exemplo, muito

- bom, bom, ruim, muito ruim), e mensurados separadamente, de modo a caracterizar de maneira mais fiel possível a realidade do sistema de tratamento de resíduos em questão;
- ii. deverá estar explícito para cada indicador seu objetivo, sua forma de medição, unidade de medida, periodicidade de cálculo/aferição, fonte de coleta de dados, forma de apresentação da nota e ainda observações necessárias para dirimir dúvidas ou dupla interpretação;
 - iii. os indicadores deverão produzir uma nota de 0 a 10 de forma objetiva e com periodicidade regular;
 - iv. os indicadores de desempenho deverão ser estruturados de modo a formar um sistema de indução de comportamento, alinhando o interesse econômico do futuro operador com o interesse público;
 - v. poderão ser considerados indicadores que avaliem, dentre outros aspectos da gestão adequada de RSU:
 - percentual de produção de RSU aproveitado;
 - gravimetria de RSU. Somente a média estadual não é o bastante, sendo necessária a regionalização destes números;
 - poder calorífico de RSU;
 - formas alternativas de aproveitamento da energia produzida em função das particularidades de cada região (formas alternativas à termoelétrica).
 - vi. cada indicador deverá ser elaborado de forma a permitir aferição independente dos demais;
 - vii. deverá haver indicadores específicos relativos à preservação do meio ambiente;
 - viii. os indicadores de desempenho deverão estabelecer um padrão operacional de excelência para a estrutura de tratamento de resíduos sólidos em questão, respeitando o princípio da eficiência administrativa;
 - ix. poderão ser descritos os procedimentos, forma e periodicidade em que cada indicador de desempenho será medido.
- I. Avaliação do passivo ambiental e plano de gestão ambiental: mapeamento do atual passivo ambiental do Estado de Minas Gerais em relação a RSU e apresentação de propostas de solução.
 - m. Projeção do passivo ambiental fruto da infraestrutura a ser implantada e definição de um conjunto de iniciativas e ações para a preservação e restauração dos recursos ambientais e qualquer resíduo de interesse científico, geológico, histórico e arqueológico, mantendo sua disponibilidade e uso racional.
 - n. Definição de propostas de aproveitamento das áreas dos aterros sanitários

durante o período de vigência do futuro contrato de concessão.

- o. Contraprestação: relatório contendo a descrição dos cálculos para definição do pagamento público, caso este seja previsto. O relatório deverá incluir:
- i. elaboração de fórmulas paramétricas para cálculo do pagamento público considerando o impacto dos indicadores de desempenho e o prazo de duração do contrato;
 - ii. indicação de critérios para atualização monetária do contrato;
 - iii. determinação, por meio de fórmulas paramétricas, da forma com que os indicadores de desempenho interferirão na remuneração.
- p. Estruturação de Plano de Operação e Conservação/Manutenção da infraestrutura implantada: deverão ser previstas e orçadas todas as intervenções julgadas necessárias para que as condições operacionais dos serviços de operação de RSU mantenham-se adequadas por toda a vigência da concessão. A manutenção/conservação compreende o conjunto de intervenções físicas a serem realizadas com o objetivo de recompor e aprimorar as características técnicas e operacionais das estruturas físicas dentro de padrões estabelecidos. Neste trabalho, deverão estar incluídas intervenções de conservação preventivas, corretivas, periódicas e rotineiras.

3.2.3. Aspectos financeiros

- q. Projeção de investimentos para cada um dos grupos apresentados nos itens “d” e “e”: elaboração de um relatório detalhado das estimativas de investimentos relacionados a toda infraestrutura necessária para implantação e operação dos serviços de operação de RSU, inclusive propondo um cronograma de investimentos a serem realizados pelo concessionário. A projeção de investimento deverá ser suficientemente detalhada para que permita a construção de um modelo econômico-financeiro de cada grupo, independentemente. Deverão ser considerados custos, tais como:
- i. pré-implantação – estudo de viabilidade, aquisição de terrenos, projetos e licenciamentos ambientais, etc.;
 - ii. implantação – infraestrutura em geral (água, energia elétrica), células de disposição, sistemas de tratamento de líquidos percolados, sistemas de drenagem de águas superficiais, áreas verdes, instalações de apoio, administração, etc.;
 - iii. operação – células de disposição, disposição de resíduos, sistema de drenagem de percolados e gases, sistemas de drenagem de águas superficiais, monitoramento, equipe de operação e administração, etc.;
 - iv. implantação e operação de unidades de geração de energia elétrica,

- de acordo com cada tecnologia apresentada, bem como o devido tratamento das emissões de gases;
- v. encerramento;
 - vi. pós-encerramento – tratamento de percolados, monitoramento, equipe de operação e administração, etc.;
 - vii. implantação e operação de unidades de geração de energia elétrica, de acordo com cada tecnologia apresentada.
- r. Projeção de custos operacionais para cada um dos grupos apresentados nos itens “d” e “e”: elaboração de um relatório detalhado das estimativas de todos os custos e despesas operacionais, incluindo aqueles relativos a manutenção da infraestrutura. A projeção de custos operacionais deverá ser suficientemente detalhada para que permita a construção de um modelo econômico-financeiro de cada grupo, independentemente, conforme descritos no item anterior.
- s. Estrutura tarifária e estimativa de receitas: elaboração de projeção da receitas da concessionária, ao longo do período de concessão, para cada lote, que considere, ao menos, as seguintes categorias de receita:
- i. estrutura tarifária, se for o caso;
 - ii. receita oriunda de pagamento governamental;
 - iii. receita oriunda do aproveitamento energético, em função da tecnologia apresentada;
 - iv. outros tipos de receitas, acessórias à concessão.

A projeção de receitas deverá, sempre que possível, considerar as seguintes premissas:

- a) a necessidade de modicidade das tarifas, se for o caso;
 - b) a necessidade de que a Taxa de Retorno sobre o investimento seja atrativa à iniciativa privada;
 - c) a necessidade de fluxo de caixa do concessionário que viabilize e facilite a obtenção de financiamentos pelo concessionário.
- t. Elaboração de modelo econômico-financeiro, por lote: preparação de planilha eletrônica, consolidando estudos anteriores e contendo:
- i. projeção detalhada de cada item da receita da concessionária, considerando a localização e a estimativa de receita;
 - ii. projeção detalhada de cada item de despesa anual da concessionária;
 - iii. projeção detalhada da despesa com o custo de capital necessário para o financiamento do investimento;
 - iv. análise de sensibilidade de indicadores financeiros;

- v. demonstrações de resultado, projetadas para 35 anos;
- vi. fluxo de caixa detalhado da concessionária;
- vii. plano de contas contábeis;
- viii. prazo ideal de duração da concessão.

3.2.4. Aspectos jurídicos

- u. Desenho e estruturação do modelo jurídico:
 - i. análise jurídica das competências municipais e estaduais para a concessão dos serviços;
 - ii. mapeamento das opções que o Estado de Minas Gerais possui para viabilizar o arranjo jurídico necessário para a implementação do projeto;
 - iii. indicação das ferramentas jurídicas necessárias ao arranjo indicado, tais como contratos, convênios de cooperação, contrato de programa, etc.;
 - iv. análise dos fatores jurídicos, técnicos e procedimentais do Governo de Minas Gerais que condicionam a publicação de editais de licitação.
- v. Elaboração de minutas de instrumentos licitatórios e demais documentos necessários a implementação do projeto, incluindo:
 - i. minuta de leis, decretos, contratos, editais e seus anexos;
 - ii. pareceres jurídicos que expressem a credibilidade do modelo;
 - iii. definição das garantias a serem exigidas na licitação;
 - iv. indicação dos critérios de qualificação dos licitantes, de julgamento e de estratégias de negociação até a contratação, conforme as condições da legislação vigente;
 - v. organização das tarefas e decisões em documentos para a publicação da consulta pública;
 - vi. mecanismos que deverão estar contratualmente presentes para disciplinar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão;
 - vii. minuta de contrato contendo: índices de desempenho a serem considerados; rescisão, indenizações, penalidades e encampação; reversão dos bens ao final do contrato; regulação e fiscalização do contrato; penalidades para o inadimplemento das obrigações; estabelecimento de regras de pagamento vinculadas ao desempenho na execução do contrato, por meio de padrões de qualidade e disponibilidade previamente definidos.
- w. Outros estudos relevantes: os interessados poderão apresentar outros estudos e informações não incluídas nos demais itens acima que considerem relevantes para um modelo de concessão.

4. Recebimento dos estudos

Os estudos e demais documentos que comporão as manifestações de interesse deverão ser entregues em duas vias impressas em formato A3 (plantas) e A4, xerografados e encadernados, e em 01 via digital no formato original (doc, xls, dwg, cdr, outros), **até o dia 01 de outubro de 2010**.

O prazo acima poderá ser prorrogado a critério da SEDE que informará aos manifestantes os novos prazos. Durante a análise e consolidação dos estudos, a SEDE poderá solicitar informações adicionais aos manifestantes.

ANEXO II – DESCRIÇÃO DOS LOTES PROPOSTOS

Lote	Grupos	Total de Municípios	Geração de RSU Ano(t)	População Total 2007	Número de Lixões por Grupos
1	25 - Belo Horizonte	17	1.220.957	4.113.622	5
1	26 - Sete Lagoas	22	122.813	587.993	14
Total Lote		39	1.343.770	4.701.615	19
2	01 - Pouso Alegre	36	96.966	508.014	18
2	02 - Varginha	15	78.908	399.397	8
2	46 - Itajubá	32	75.205	399.219	18
2	47 - Poços de Caldas	13	63.307	314.430	3
2	23 - Pará de Minas	15	156.164	669.500	6
2	48 - Alfenas	13	44.840	237.579	9
2	03 - Lavras	21	59.370	310.175	8
2	04 - São João del Rei	24	40.584	211.774	13
2	24 - Divinópolis	7	77.033	350.198	1
2	05 - Barbacena	18	47.747	237.624	11
2	45 - Juiz de Fora	27	172.645	703.736	11
2	09 - Oliveira	13	27.904	152.476	4

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD
UNIDADE PPP

2	50 - Bocaiúva	8	15.636	84.088	4
2	11 - Ouro Preto	3	31.172	160.263	0
2	10 - Conselheiro Lafaiete	21	57.002	291.166	6
Total Lote		266	1.044.482	5.029.639	120
3	06 - Cataguases	24	74.105	382.055	14
3	07 - Ubá	16	41.011	210.372	5
3	12 - Viçosa	17	42.933	227.789	6
3	13 - Manhuaçu	26	61.135	326.532	11
3	27 - Itabira	18	68.229	348.185	6
3	14 - Ponte Nova	20	37.984	204.303	9
3	39 - Araçuaí	11	28.573	156.401	7
3	31 - Peçanha	17	25.815	141.450	10
3	15 - Caratinga	17	43.158	225.932	13
3	28 - Ipatinga	19	120.580	559.995	9
3	29 - Aimorés	10	21.354	117.009	4
3	22 - Bom Despacho	26	64.061	343.499	19
3	30- Governador Valadares	32	103.233	479.064	25
Total Lote		253	732.170	3.722.586	138
4	33 - Paracatu	6	32.201	165.141	3
4	44 - Unaí	16	48.120	251.920	12
4	34 - Pirapora	12	31.847	171.545	9
4	41 - Januária	12	35.332	187.580	12
4	35 - Grão Mongol	16	35.241	193.103	10

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMAD
UNIDADE PPP

4	32 - Conceição do Mato Dentro	18	29.425	161.233	10
4	42 - Janaúba	14	46.995	251.109	12
4	40 - Teófilo Otoni	27	90.255	468.040	23
4	51 - Curvelo	16	44.348	233.671	4
4	43 - Montes Claros	17	126.979	557.831	12
4	36 - Salinas	12	31.779	173.774	5
4	37 - Pedra Azul	10	19.371	106.144	9
4	38 - Almenara	15	30.760	168.265	14
Total Lote		191	602.655	3.089.356	135
5	08 - São Sebastião do Paraíso	22	77.023	397.464	7
5	16 - Ituiutaba	13	41.854	215.460	4
5	17 - Uberlândia	7	203.724	791.038	4
5	18 - Uberaba	7	79.687	335.429	5
5	19 - Araxá	21	70.162	360.067	12
5	49 - Frutal	8	25.734	138.024	7
5	21 - Pium-í	15	42.463	226.755	6
5	20 - Patos de Minas	11	53.671	266.073	4
Total Lote		104	594.319	2.730.310	49
		853	4.317.397	19.273.506	461

ANEXO III – DETALHAMENTO DOS ARRANJOS TERRITORIAIS ÓTIMOS

Disponível para download nos sites:

www.ppp.mg.gov.br

www.feam.br

www.meioambiente.mg.gov.br